

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.041 - SP (2019/0050697-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**AGRAVANTE** : JOILTON DUARTE DE LIMA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JULIANA GONÇALVES MIELE - DEFENSOR PÚBLICO -  
SP309027  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **JOILTON DUARTE DE LIMA**, em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o juízo singular condenou o agravante como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, inciso I, c/c art.14, inciso II, e art. 304, c/c art. 297, **caput**, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto, além de 16 (dezesseis) dias-multa (fls. 256-267).

O eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo da defesa apenas para afastar a reincidência e fixar o regime aberto para início do resgate da pena, mantida, no mais, a sentença (fls. 346-356).

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a defesa alegou ofensa ao art. 44, **caput**, do CP ao argumento de que o agravante faz jus a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 378-386), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado: **i**) na incidência da Súmula 284/STF,

ante a deficiência de fundamentação do recurso, que não atendeu ao art. 1029 do CPC; **ii)** na aplicação da Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 412-415)

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 437-440).

É o relatório.

**Decido.**

**O agravo não merece ser conhecido.**

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a impossibilidade de incidência das Súmulas 7/STJ e 284/STF.

No caso, deveria o agravante demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, deixando claro que os fatos foram devidamente consignados no **decisum a quo**, o que não aconteceu.

Outrossim, o agravante, em uma breve explanação, apenas limitou-se a dizer que a fundamentação apresentada no recurso especial era clara e válida, e por isso afastaria a incidência da Súmula **284/STF**.

Não basta deduzir a inaplicabilidade dos óbices sumulares, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos estares da decisão de admissibilidade, **como comprovar, por meio da contraposição dos argumentos postos no recurso especial e conclusões do acórdão recorrido, a suficiência e adequação do inconformismo.**

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre

impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido"* (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.*

*1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.*

*2. Os Tribunais Superiores, em recentes decisões, firmaram o entendimento de que, após esgotadas as via recursais ordinárias, apenas casuísticos efeitos suspensivos concedidos aos recursos excepcionais impedirão a execução provisória.*

*3. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios." (AgRg no AREsp 984.287/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 26/06/2017).*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso

I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

